



CONSULTA PRÉVIA DE ADEQUABILIDADE LOCACIONAL
PROCESSO DIGITAL Nº S2020009624

Nº Consulta Sistema FOR2020331884	Nº Consulta CELIF 2374/2020	Data da Análise 23/11/2020	Localização Cartográfica 61-27-413-4
Inscrição IPTU 8530793	Área Total do Terreno 1.200,00	Área Construída 748,38	Área do Estabelecimento 748,38

Atividades	Risco Sanitário	Licenciamento Ambiental	Via	Zona
02 (DUAS) ATIVIDADE(S) EXERCIDA(S) NO LOCAL	ISENTO	LICENÇA AMBIENTAL REGULAR	ADEQUADO	ADEQUADO

Análise do endereço	Análise das atividades econômicas	Resultado da análise
O endereço foi aprovado? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Sim, com restrições <input type="checkbox"/> Não	Como você deseja informar o resultado da análise da viabilidade? <input type="checkbox"/> Atividade por atividade <input checked="" type="checkbox"/> Estabelecimento como um todo	A análise foi aprovada? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Sim, com restrições <input type="checkbox"/> Não

REQUERENTE: GERLOC ENGENHARIA E LOCACOES LTDA ME

Resultado da Adequabilidade:

CONSIDERANDO o Despacho nº 675/2020 – CEDAM/CPA onde foi visto que, por se tratar de uma Unidade de Conservação, o Decreto Federal nº 4340/2002, estabelece no seu artigo 20, inciso VIII, a obrigatoriedade de manifestação do conselho gestor da unidade de conservação, quanto à obra ou atividade potencialmente causadora de impacto na unidade, mas considerando se tratar de atividade de baixo risco, **não se faz necessária tal anuência.**

CONSIDERANDO o Despacho da Assessoria Jurídica – ASJUR/ Seuma (doc. nº 54987) onde se manifesta favoravelmente pelo deferimento da consulta, através da aplicação do artigo 279 da Lei Complementar nº 236/2017 onde se permite a manutenção das atividades e empreendimentos considerados inadequados à via ou zona, implantados até a publicação da Lei.

É importante informar que o CNPJ 05.927.368/0001-13 datado de setembro de 2003 consta as atividades em questão. Portanto, a Consulta de Adequabilidade encontra-se **DEFERIDA.**

Informamos por fim, que esta consulta é de cunho informativo, não gera direito de posse sob o imóvel, assim como, funcionamento da atividade sem o devido Alvará e, que após a consulta deferida é obrigatório à retirada das demais licenças do Município.

Fortaleza, 23 de novembro de 2020.

